

Protocolo 937/2024

De: PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Para: DCAT - DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO ADMINISTRATIVA E TELEFONIA

Data: 03/07/2024 às 18:22:13

Setores (CC):

DCAT

Setores envolvidos:

GAB-VER, DAL, DCAT, PJ, DCAT - M

1.11-Outras Solicitações

Entrada*:

Site

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 0690/2024-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos o autógrafo do Projeto de Lei nº 022, de 21 de maio de 2024, de autoria do ilustre vereador, Domingos Oliveira dos Santos (PSB), vimos encaminhar o Ofício nº 1.015/2024-GP/PMC, anexo.

Respeitosamente,

Ivanilde Melo.

Anexos:

Oficio_n_1_015_2024_GP.pdf



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 1.015/2024-GP/PMC

Cáceres - MT, 03 de julho de 2024.

A Sua Excelência o Senhor
VER. LUIZ LAUDO PAZ LANDIM
Presidente da Câmara Municipal de Cáceres
Rua Coronel José Dulce, esq. Rua Gal Osório
Cáceres – MT - CEP 78210-056

Ref.: Protocolo 14.769/2024.

Senhor Presidente:

Acusamos o recebimento do Ofício nº 0690/2024-SL/CMC, por meio do qual essa Colenda Câmara encaminha-nos o autógrafo do Projeto de Lei nº 022, de 21 de maio de 2024, de autoria do ilustre vereador, **Domingos Oliveira dos Santos (PSB)**, que *Declara de Utilidade Pública Municipal o 'GRÊMIO RECREATIVO E DESPORTIVO DO GEFRON - CNPJ 29.541.464/0001-97 OLHOS DA FRONTEIRA', e dá outras providências.*

A princípio, entendemos que o pleito deve atender o ordenamento municipal regido pela Lei 1.137/1991, o qual traz todos os requisitos para o reconhecimento pretendido. Todavia, a documentação exigida não se encontra nos autos para possível análise, vejamos:

“LEI Nº 1.137, DE 01 DE OUTUBRO DE 1991. DISCIPLINA A DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA.

Art. 1º Uma entidade será declarada de Utilidade Pública, mediante Lei Municipal, e para sua aprovação será exigido: (Redação dada pela Lei nº 2323/2012).

I - Cópia dos Estatutos ou Súmula devidamente publicada em Jornal de circulação no Município; (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

II - Certidão de registro da Entidade; (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

III - Cópia da Ata da Posse da atual Diretoria; (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

VI - estar em funcionamento há mais de 05 (cinco) anos. (Redação dada pela Lei nº 2397/2013);

V - Alvará de Licença para funcionamento; (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

VI - estar em funcionamento há mais de 03 (três) anos. (Redação dada pela Lei nº 3134/2023);



Estado de Mato Grosso
PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

Ofício nº 1.015/2024-GP/PMC - p. 02

VII - Comprovar que os cargos de sua Direção e Conselheiros não são remunerados; (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

VIII - Comprovar que seus Diretores e Conselheiros são pessoas idôneas. (Redação dada pela Lei nº 2323/2012);

IX - declaração de idoneidade e regularidade fiscal da Entidade; (Redação acrescida pela Lei nº 2397/2013);

X - relatório detalhado das atividades desenvolvidas; (Redação acrescida pela Lei nº 2397/2013);

XI - relatório de atividades e das demonstrações financeiras (prestações de contas) da Entidade dos últimos 5 (cinco) anos; (Redação acrescida pela Lei nº 2397/2013);

XII - comprovar mediante relatório e fotos o desenvolvimento e resultado de 01 projeto social em atividade nos últimos 3 (três) anos; (Redação acrescida pela Lei nº 2397/2013);

XIII - comprovar mediante relatório e fotos o desenvolvimento e resultado de 01 projeto social em atividade nos últimos 3 (três) anos (Redação acrescida pela Lei nº 2397/2013);

Parágrafo único. A comprovação do cumprimento das exigências dispostas nos incisos VI, VII, VIII e IX deste artigo poderá ser declarada por Juiz de Direito, Promotor de Justiça e Delegado Regional de Polícia, ou seus substitutos legais, da localidade em que a entidade funcionar. (Redação dada pela Lei nº 2397/2013)."

Sendo assim, embora o artigo 2º, II, dita que: "Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade deixe de: [...] II - Preencher qualquer dos requisitos constantes do artigo 1º da Lei Municipal nº 1.137, de 1º de outubro de 1.991.", recomenda-se que, primeiramente, o interessado cumpra a lei que já se encontra em vigor, devendo apresentar aos autos a documentação supramencionada, para que possamos analisar, e posteriormente, se atendidos os requisitos legais, este Executivo dar os encaminhamentos de praxe.

Ante ao exposto, presumindo-se que a Entidade tenha apresentado ao Legislativo tal documentação e considerando o prazo previsto no artigo 53, § 1.º, da Lei Orgânica do Município, **solicitamos que, até o dia 10/07/2024, essa Câmara faça a juntada da documentação supracitada ao Protocolo 14.769/2024**, a fim de não se inviabilizar a sanção do autógrafo de Projeto de Lei nº 022/2024.

Atenciosamente.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS
Prefeita de Cáceres



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D244-6ABA-F993-F433

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS (CPF 566.XXX.XXX-49) em 03/07/2024 17:09:19 (GMT-04:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caceres.1doc.com.br/verificacao/D244-6ABA-F993-F433>